

Da rede, o rastro: aspectos da trajetória da política museológica brasileira

Joana Regattieri Adam*

Recebido em: 10/09/2018
Aprovado em: 15/12/2018

* Graduada em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense (UFF/2004) e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Universidade de Brasília (UnB/2017). Possui especialização em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/Unesco/2006). É técnica em Ciências Sociais do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Trabalhou no Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu) do Iphan em Brasília (DF) de 2006 a 2009, e no Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República/Ibram, no Rio de Janeiro, de 2010 a 2015. Desde outubro de 2015 trabalha na Coordenação de Museologia Social e Educação (Comuse) do Departamento de Processos Museais (DPMUS), na sede do Ibram em Brasília, atuando especialmente nas atividades da área de educação. E-mail: joana.regattieri@museus.gov.br.

Resumo

Este artigo discorre sobre a trajetória da política de museus no Brasil, considerando o histórico das políticas federais de cultura como parâmetro comparativo. Fruto de pesquisa realizada em 2005, no âmbito do Programa de Especialização em Patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Unesco, o estudo procurou identificar os pontos fundamentais dessa trajetória, assim como suas redes de relação. Toma-se como foco de análise o documento *Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira*, publicado em 1976, resultante do I Encontro de Dirigentes de Museus realizado em Recife, no ano de 1975. As implicações políticas e culturais que o documento apresenta permitem mapear agentes e instituições importantes para a compreensão de questões primordiais do campo dos museus e do patrimônio cultural brasileiro.

Palavras-chave

Política museológica brasileira; política cultural; história dos museus brasileiros.

Abstract

This article exposes some aspects of the political course of the Brazilian museums, considering the background of federal policies on culture as comparative parameter. Resulting from a study made in 2005, in the Programa de Especialização em Patrimônio (PEP/Iphan/Unesco), this study sought to identify essential points of these political courses, as well as its interconnections. The document *Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira*, published in 1976, as a result of the I Encontro de Dirigentes de Museus, held in Recife, in 1975, was the main focus of the analysis. The political and cultural implications arising from the document allow mapping important agents and institutions for an understanding of essential issues about the field of museums and the Brazilian cultural heritage.

Keywords

Brazilian museological policy; cultural policy; history of Brazilian museums.

Introdução

A linha condutora da pesquisa que resultou neste artigo é a trajetória da política de museus no Brasil, pontuada pelos períodos significativos da política brasileira para a área cultural entre os séculos XIX e XXI, tais como: a vinda da corte portuguesa ao Brasil (1808-1822); o Segundo Reinado de D. Pedro II (1840-1889); a Era Vargas (1930-1945); a ditadura militar (1964-1985); o período de redemocratização, com a criação do Ministério da Cultura em 1985; e o governo Lula, com o lançamento da Política Nacional de Museus em maio de 2003.¹ Entre os sinônimos da palavra trajetória (andamento; caminho; curso; direção; fluxo; lado; movimento; rumo) percebe-se que é uma coisa não fixa, vulnerável e, pelo seu movimento, desenha-se um rumo diferente dependendo do ponto em que se vê o caminho. Os dicionários de língua portuguesa a definem como “linha descrita por um corpo em movimento”. Daí se pode depreender que cada trajetória é a marca das ações de um “corpo” – o andamento corresponderá à complexidade dos gestos.

Na base do conceito de campo trabalhado pelo sociólogo Pierre Bourdieu,² identifica-se que a possibilidade de compreender um dado universo social se dá de maneira relacional. Ou seja, as várias implicações, ações, movimentações dentro de um dado campo – no caso, o das políticas de museus – podem ser analisadas se levarmos em conta a existência de um jogo de relações, em que o tempo e o espaço, os agentes e a sociedade, as instituições políticas e a economia, e até os gostos pessoais e a cultura ligada aos envolvidos, fazem parte da rede relacional indispensável para sua apreensão.

De fato, todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como “caso particular do possível”, conforme a expressão de Gaston Bachelard, isto é, como figura em um universo de configurações possíveis.³

Na mesma medida em que a trajetória (rastro) do campo das políticas museológicas (rede) surge como um grande desafio a ser mapeado, vem à tona a necessidade de “capturar” um “caso particular do possível”, abrir uma janela que nos ofereça a paisagem de certa situação e, a partir deste quadro, diagnosticar relações entre tempo, espaço, conjuntura política, econômica, social e cultural, agentes e instituições.

Este artigo, no primeiro momento, apresenta perspectivas gerais sobre a trajetória das políticas públicas de cultura no Brasil e suas implicações no universo museológico. A segunda parte foca o documento *Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira*, publicado em 1976, resultante do I Encontro de Dirigentes de Museus realizado na capital pernambucana, em 1975.⁴ Sua época, as instituições envolvidas, seu lugar de disseminação, alguns de seus agentes e as estruturas temáticas dos Grupos de Trabalho (GT) que compõem o documento são analisados passo a passo, permitindo mapear os efeitos políticos e culturais produzidos pelos grupos de poder situados no palco da Museologia daquele período. Nos rastros deixados por essas redes institucionais residem questões primordiais para a compreensão do campo dos museus e do patrimônio cultural brasileiro.

Perspectivas sobre a trajetória das políticas culturais e museológicas no Brasil

Nas análises do campo das políticas culturais brasileiras é notável certa constância em definir as políticas públicas de cultura estritamente como um conjunto de ações determinadas pelo Estado, reduzido ao diagnóstico de “programas, instituições, recursos, normas e clientela”.⁵ Em outro texto, Joaquim Falcão – ao comentar a participação de Aloísio Magalhães⁶ na política cultural da nação, na apresentação do livro *E Triunfo?* – formula uma definição de política cultural inserida na política pública, afirmando que:

Ocupar-se de política cultural é ocupar-se também, embora não exclusivamente, da presença do Estado nas atividades da Nação. Como qualquer política pública, política cultural é um conjunto articulado e fundamentado de decisões, projetos, programas, recursos e instituições, a partir da iniciativa do Estado.⁷

Está expressa na afirmação um conjunto de noções que ajudam a compreender o comportamento da cultura quando objeto de desenvolvimento nacional. Na mesma medida, trata-se de uma definição que aponta a unilateralidade da máquina estatal ao detectar a necessidade de intervenção no setor cultural, determinando uma série de medidas a serem acionadas e articuladas a partir de suas decisões.

Fazendo coro às análises dos limites das intervenções do Estado na cultura, Fonseca afirma: “Numa perspectiva liberal, cabe à sociedade produzir cultura. Ao Estado, cabe apenas garantir as condições para que esse direito possa ser exercido por todos os cidadãos”.⁸ Seguindo este raciocínio, a princípio, parece confortável que a cultura esteja

sob um regime democrático de governo e a égide de uma economia empresarial, porém, como a estrutura das políticas públicas culturais é ao mesmo tempo complexa, mitificada e esvaziada, malogram-se tamanhas expectativas, como bem analisa o cientista político José Álvaro Moisés:

Por isso, quando às vezes parece que a simples transformação dos regimes políticos, como foi o caso da passagem do autoritarismo para a democracia no Brasil, é suficiente para assegurar isso, é necessário ter em conta que sua implementação depende também do modo como é organizada a administração cultural, isto é, da forma como são tomadas as decisões que afetam as artes e a cultura, assim como de quem toma tais decisões e em que circunstâncias isso se verifica.⁹

Não há aqui a pretensão de reduzir as ações do Estado na área da cultura, pois se esse campo se constituiu estruturalmente no Brasil, isso se deveu à ação do Estado e à sua ocupação em construir órgãos, instituições, absorver e valorizar profissionais engajados na área e produzir mecanismos legislativos e técnicos para uma gestão pública da cultura. No entanto, fica evidente o enfraquecimento da área quando percebemos que as peças dessa engrenagem muitas vezes dependem de um sistema administrativo engessado, desatrelado das condições socioeconômicas do país e distante das instâncias participativas de decisão.

Há cerca de dois séculos a trajetória política da cultura vem sendo construída no Brasil, não sem percalços. No que se refere à sua dinâmica cambiante, Moisés comenta que

(...) trata-se de tendência segundo a qual o Estado e as instituições políticas alternariam períodos de movimentos centrípetos com outros de centrifugação e, em consequência, levaria à implantação de modelos de maior ou menor grau de centralização administrativa.¹⁰

Esse movimento de inflação e deflação do sistema de administração cultural se julga herdeiro das transformações políticas por que o Brasil vem passando. Pouco antes, retornando ao texto citado, Moisés já havia sintetizado o andamento dessas políticas:

(...) o país conheceu pelo menos quatro momentos importantes de construção de estruturas e instituições voltadas ao apoio à administração pública da cultura: as iniciativas do império, em meados do século passado, as inovações introduzidas por Vargas, nos anos 30, as reformas institucionais dos governos militares, nos anos 60 e 70, e, finalmente, a criação e a consolidação do Ministério da Cultura feita, primeiramente, em meados dos 80 e, mais recentemente, a partir de 1995.¹¹

Nessa visão, o rumo descompassado da cultura reage prontamente ao mínimo balanço da estrutura governamental vigente – não pela dependência, pois possui competência para se desatrelar, mas pela naturalização da ideia de que a cultura e o modo

como ela é classificada em cada período sempre se configuram e se submetem aos ditames dos diferentes regimes políticos ao longo do tempo.

A história das políticas culturais e, nesse contexto, a trajetória da política museológica brasileira, iniciam-se com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, transformando a rudimentar colônia lusa no palco da metrópole real, impelindo a instauração das primeiras grandes instituições científicas e culturais conformadas ao projeto civilizatório e eurocêntrico da recém-chegada nobreza ilustrada. Assim, o Real Horto de 1808 (Jardim Botânico), a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios de 1816 (fruto da chamada Missão Francesa no Brasil), a Real Biblioteca de 1810 (Biblioteca Nacional) e o Museu Real de 1818 (Museu Nacional) foram, entre outras, as primeiras instituições a serem inauguradas pelo monarca D. João VI, representando novos ares para a colônia. Como afirma o historiador José Neves Bittencourt, “tratava-se de criar um palco para membros da nobreza e burocratas da formação política”.¹² Portanto, o alvoroço cultural foi um empreendimento estatal de iluminar a colônia-metrópole, sem levar em conta os valores culturais das terras descobertas: “Era o Estado encarregando-se de fomentar uma produção simbólica que ordena a realidade material e dá concretude ao projeto pretendido”.¹³

Após a independência do Brasil, em 1822, no período do Segundo Reinado (1840-1889), com as ações do mais erudito imperador do Brasil, D. Pedro II, chegamos a outro ponto importante da trajetória: suas investidas eram de ordem pessoal e ligadas à sua paixão pela arte, cultura e ciência. A partir das vultosas quantias de que dispunha fora dos impedimentos legislativos e burocráticos, atuou como um vigoroso mecenas, “cumpria, pessoalmente e a suas custas, funções que o Estado moderno atribui a numerosos órgãos especializados”.¹⁴ A apologia às ações do imperador atrela-se a algumas noções de política cultural mantidas até hoje, tais como “promover a cultura dos brasileiros capazes de trazer para o país aquilo que dificilmente nos chegaria pelos ‘canais competentes’: livros, obras de arte, coleções científicas, revistas”.¹⁵

O século XIX termina dando a impressão de que a “trajetória política da cultura” se limitou a eventuais empreendimentos resultantes de um esforço administrativo do império português em formar e fomentar um cenário que se equiparasse ao ideário iluminista europeu. Porém, é impossível negar a importância das novas instituições, coleções em

bibliotecas e arquivos que atravessaram os anos e que formaram as engrenagens iniciais para a instauração de uma política de cultura brasileira. A partir daí, no século XX, ao seguirmos as pistas dos ciclos, observamos que a instauração da república se manteve inerte perante o sistema político-cultural, e nos detemos nas ações empreendidas pelo regime centralizado de Getúlio Vargas (1930-1945), com suas dramáticas mudanças. Quando o líder toma o poder, inicia longo processo modernizador da sociedade brasileira, criando

(...) a presença de um aparato estatal com enorme capacidade de intervir na economia, de criar empresas públicas destinadas a desenvolver a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento socioeconômico do país e (...) com capacidade de regular a ampliação dos direitos de cidadania dos brasileiros.¹⁶

É muito comum percebermos a dedicação com que os estudiosos das políticas culturais descrevem a chamada Era Vargas como um marco da política cultural brasileira. Com o poderoso “aparato estatal” a que se referiu Moisés, a área cultural se beneficiou de uma organização burocrática e legislativa sedimentada e balizada. Nesta época, portanto, foram instaurados órgãos como a Campanha Nacional do Folclore, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), o Instituto Nacional do Livro (INL), o Serviço Nacional de Teatro (SNT), o Instituto Nacional de Música (INM) e o Instituto Nacional do Cinema Educativo (Ince), assim como se consolidaram os principais museus nacionais, como o Museu do Paço Imperial, o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu da Inconfidência,¹⁷ todos sob o chamado Estado Novo (1937-1945), especialmente na gestão do ministro Gustavo Capanema, chefe do recém-instaurado Ministério da Educação e Saúde (MES). A herança dessa administração vertical do sistema cultural perpetuou-se no Brasil por muitos anos, arraigada à máxima de que a cultura e a educação são pastas que um governo forte e centralizador deve tratar.

Após o golpe militar de 1964, o Brasil perde o espaço democrático para nova entrada de um aparato ditatorial, também com grande redimensionamento da estrutura cultural. Nesse contexto, o documento aqui analisado nos oferece uma visão mais detalhada da dinâmica empreendida pelos agentes culturais no período autoritário, quando, em plena ditadura e se valendo dos seus instrumentos, dirigentes e principais intelectuais da área museológica do país construíram alguns alicerces de uma política museológica brasileira.

Na transferência do regime ditatorial para o democrático, quando já havia sido estruturado um ministério específico para tratar da cultura, ocorre o trágico

desmantelamento dos setores culturais na gestão do eleito presidente da república Fernando Collor de Melo (1990-1992). Esse apagamento de órgãos e instituições criados nos regimes anteriores demonstra a instabilidade que acomete a trajetória da política cultural brasileira em vários períodos, à revelia de um regime autoritário ou democrático.

Na conjuntura do governo Lula (2003-2010) os desafios eram antigos, como articular os vários setores culturais, incorporar definitivamente a cultura no desenvolvimento socioeconômico nacional, aumentar a dotação orçamentária e definir políticas públicas mais consistentes para o setor. Atualmente, porém, os obstáculos são outros, que as próprias resoluções para os antigos problemas imprimiram, como o empoderamento das empresas privadas quanto aos ditames da política cultural, favorecidas pelos benefícios fiscais das leis de incentivo, além das questões ligadas à proteção da diversidade cultural perante as investidas da globalização.

Na teia dos Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira

Museu como instituição basilar asseguradora da conservação da memória nacional, pela sua função de centro de pesquisa, educação e difusão cultural.¹⁸

Difícilmente se negaria, hoje, o conceito largamente difundido nos meios museológicos, inclusive em documentos oficiais, de que o museu, instituição a serviço da sociedade, deve ser emanção dessa mesma sociedade. Entretanto, o confronto do princípio com a situação efetiva, no Brasil como em outros países, revela certo descompasso que torna explicável a crise por que vem passando, nestes últimos dez anos, em todo o mundo, não só o museu enquanto instituição, como o próprio conceito de museu.¹⁹

É preciso capturar um aspecto da trajetória das políticas culturais brasileiras e suas implicações museológicas. Para isso, escolhe-se o já citado documento *Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira*.²⁰ Destaca-se a importância do documento como fonte histórica, sendo uma das primeiras publicações oficiais de diretrizes especialmente voltadas para uma política museológica no Brasil, ressaltando os perfis dos agentes e instituições, e a situação peculiar em que se encontrava a relação entre Estado e cultura em meados da década de 1970, quando convergem política ditatorial centralizadora e liberalismo econômico.

Tempo: meados da década de 1970

O período de 1970 no Brasil requer especial atenção por suas características ambíguas entre a política fechada e o mercado aberto. Na política cultural há evidências das

peculiares contradições do regime militar. Demonstrando essa ideia, numa análise sobre a então política oficial de cultura, Gabriel Cohn²¹ identifica diferentes aspectos entre a primeira e segunda fase dessa década:

Num esboço de periodização, a primeira metade da década seria caracterizada pela elaboração de propostas programáticas mais abrangentes, mas com escassos efeitos, e o período subsequente se caracteriza pela diversificação e redefinição dos temas relevantes, numa ótica operacional e cada vez mais propriamente política, e pela renovação institucional.²²

Nesse sentido, a ditadura militar se utilizou da verticalização de poderes para avançar na organização, no investimento e na institucionalização das políticas culturais, à revelia de uma construção participativa e democrática que abarcasse os diferentes agentes do setor. Renato Ortiz justifica essa aproximação do regime militar com o campo da cultura pelo discurso ideológico governamental de integração das diferenças regionais no interior de uma hegemonia estatal: “A noção de integração trabalhada pelo pensamento autoritário, serve assim de premissa a toda uma política que procura coordenar as diferenças, submetendo-as aos objetivos nacionais”.²³

Na segunda metade da década apontada por Cohn, encontraremos um cenário político-histórico com ainda maior presença do Estado na área cultural. O governo Geisel (1974-1978) foi marcado pela euforia da fase posterior ao milagre econômico, pelo aparente clima de abertura política e pela continuidade do discurso desenvolvimentista, agora baseado na distribuição de renda e oportunidades. Na visão de Ortiz,²⁴ este “otimismo econômico” beneficiou financeiramente os empreendimentos culturais. Das análises deste mesmo período, há outra vertente defensora da tese de que a aproximação do Estado da cultura se deveu à preocupação em garantir uma base de apoio entre as classes médias perante o desgaste do regime, que já sofria ataques quanto à sua condução político-econômica.²⁵

É possível assim compreender que a partir de 1975 seja reformulada boa parte da estrutura organizacional da política pública de cultura nacional, com a criação da Fundação Nacional de Arte (Funarte) e do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), a reformulação da Empresa Brasileira de Cinema (Embrafilme), a expansão do SNT e o lançamento da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Em meio a esta explosão institucional, é necessário chamar atenção para a publicação da *Política Nacional de*

Cultura, que, como sublinha Ortiz, é o “primeiro documento ideológico que um governo brasileiro produz e que pretende dar os princípios que orientariam uma política de cultura”.²⁶ Este documento, que já vinha sendo elaborado pelo Conselho Federal de Cultura (CFC) desde o início do regime militar, só foi divulgado oportunamente no ano de 1975, sendo fundamental para os diversos empreendimentos discriminados, especialmente para a realização do I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus e a subsequente publicação do documento em análise.

Para além das diretrizes da *Política Nacional de Cultura* no período ditatorial, urge destacar outro texto bastante instigante e muito anterior: o *Manifesto regionalista* de 1926, obra de Gilberto Freyre,²⁷ que influencia não só o período de publicação dos *Subsídios...*, mas também a escolha geográfica e discursiva adotada no encontro, seu gerador.²⁸ A data comemorativa, já que o ano de 1976 é o cinquentenário da exposição pública do *Manifesto*, traz à tona os ideais freyreanos que tanto influenciaram a realização do encontro e a elaboração do documento. O mito do *Manifesto regionalista* legitima sua potência na perpetuação dos seus conceitos em diferentes períodos da política cultural brasileira, em especial nas definições teóricas do campo museológico no específico momento político da década de 1970 no país.

Espaço: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), que sediou e realizou o encontro, é marcado, em sua origem e trajetória, pelo estímulo à pesquisa sociológica e antropológica, e pela implantação de museus etnográficos, contribuindo para difundir a Museologia no país. O paradigmático discurso de Gilberto Freyre²⁹ na criação do instituto expõe a visão de cultura brasileira presente no IJNPS – mestiçagem como pluralidade étnica, cultural e física, definindo os traços da identidade brasileira e sintetizando a imagem da “unidade na diversidade”. A obra de Freyre – membro do CFC e presidente do IJNPS – “condensava a ideologia de todo um grupo social”.³⁰

Por sua vez, o *Manifesto regionalista*³¹ habita as fundações do instituto pernambucano e, como na reflexão de Mario Chagas, “entre os objetivos do movimento regionalista estavam a defesa e a reabilitação de valores regionais e tradicionais; e a partir desses objetivos o interesse pelo universo museal surgia quase como um desdobramento

lógico”.³² Esse interesse culminou na abertura de um Departamento de Museus, coordenado por Aécio de Oliveira – especialmente enviado ao Rio de Janeiro para se formar no emblemático curso de Museus do Museu Histórico Nacional –, e na coroação simbólica da implantação do Museu do Homem do Nordeste, templo representativo que sintetizaria ideologicamente a totalidade dos hábitos, etnias, modos, fazeres, saberes do homem regional e ao mesmo tempo universal.

Freyre valorizava o regionalismo refutando a ideia de soberania nacional ou isolamento espacial, por meio do discurso de integração museu-pesquisa:

Quem diz museu moderno, diz centro de estudos e de pesquisas; e estudos e pesquisas que não se podem confinar aos limites da província ou da região onde se acha o museu. Teríamos, nesse caso, provincianismo ou regionalismo, não do bom, mas do estéril, que é aquele que cedo se degrada em autofagia, por falta de contato ou de intercâmbio dos seus centros de estudos com outros centros de atividade intelectual, de pesquisa artística ou de estudo científico: centros onde se realizam estudos semelhantes aos que se processam em instituições regionais do tipo do Instituto Nabuco.³³

Baseado nesse discurso, o I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus liberta-se dos grilhões provincianos para procurar respostas no intercâmbio entre diferentes regiões. No entanto, o caráter não participativo do evento alinha-se aos ditames autoritários vigentes.

Donos e discursos: com a palavra, os diretores

As influências do então Ministério da Educação e Cultura (MEC), dos membros do CFC e da Política Nacional de Cultura evidenciam a construção de uma política nacional de museus submetida à conjuntura governamental do período. Nota-se a influência conservadora e tradicionalista que marcam as diretrizes da política museológica aqui tratada, demonstrando a circunstância política em que estava inserida, na qual as estruturas oficiais eram montadas de forma sistêmica, integralista e vertical. O documento *Subsídios...* nasce do encontro de dirigentes de grandes museus e instituições da memória regional e nacional, excluindo a diversidade de trabalhadores envolvidos, propiciando discursos conceituais de nível internacional, porém com forte marca personalista e afastados de um modelo participativo de decisão.

Na relação dos temas gerais, os dirigentes que os abordaram e suas respectivas instituições sintetizam o círculo centrípeto daquele panorama museal:

- Aloísio Magalhães, diretor do CNRC/Tema: Museu e cultura nacional;
- Lourenço Luiz Lacombe, professor e diretor do Museu Imperial/Tema: Museu e educação;
- Augusto Carlos da Silva Telles, arquiteto do Iphan/Tema: Museu e preservação do patrimônio;
- Gerardo Brito Raposo Câmara, museólogo, diretor do Museu Histórico Nacional e presidente da Organização Nacional do Internacional Council of Museums (Onicom)/Tema: Formação profissional;
- Gilberto Freyre, sociólogo, presidente do IJNPS e membro do CFC/Tema: Museu e pesquisa.

Destaca-se a atuação do intelectual e *designer* pernambucano Aloísio Magalhães, que palestrou na ocasião sobre o recém-formado CNRC, cujo nome associou à trajetória da política cultural brasileira, levantando outros paradigmas sobre patrimônio que não se restringiam à delimitação “histórico-artística”, mas se ampliava numa visão de cultura mais dinâmica e viva. A atuação de Aloísio sempre foi muito próxima à área museológica (cursou especialização no Museu do Louvre), empenhando-se na articulação política dos museus e da Museologia. Na pretensão de mover essa engrenagem, conseguiu realizar projetos inovadores, acolher muitos museus alijados do eixo principal e articular boa parte do setor, buscando projetos que valorizassem o inusitado e o autêntico quando de sua gestão na Fundação Pró-Memória/Iphan (1979-1982).

No mapeamento dos agentes desse processo é possível apreender diversas características ligadas às personalidades e suas representatividades: Lacombe e o Museu Imperial, com discursos relacionados à educação em museus como fórmulas conformadas até hoje (museu-escola, museu-comunidade, museu como recurso pedagógico, criação de setores educativos nos museus, etc.); Silva Telles e sua marca como arquiteto modernista do Iphan, deflagrador do discurso legitimador do patrimônio, naturalizado na imagem do instituto; Gerardo Britto e sua defesa da profissionalização do museólogo e da ampliação de mão de obra especializada para o funcionamento dos museus no país; e Freyre, responsabilizando-se pelo tema da pesquisa e reforçando a ideia de que o museu ideal é o museu da informação, dos grandes acervos e coleções, do regional como universal, espelhando-se nos museus de Antropologia europeus.

Grupos de trabalho, dirigentes e recomendações: breves comentários

Em vista dos temas discutidos nos sete GTs montados por ocasião do encontro, evidencia-se a preferência pela resolução pragmática de questões museológicas, no desejo de criar condições para capacitar e melhorar a estrutura dos museus. A presença de grandes nomes institucionais, como o Museu Histórico Nacional, o Museu Imperial, as Secretarias de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco e do Município de Recife e a Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus (Icom), concretiza o ideal do IJNPS de conciliar o regional, o nacional e o universal. Ao menos no âmbito da representação, o encontro atinge estes objetivos. A seguir, breves comentários de cada GT:

- GT 1 – Organização administrativa e técnica: é notória a preocupação com a aceleração do fluxo administrativo dentro do museu, tendendo a indicar independência em relação às suas entidades superiores e à não fixidez do quadro pessoal, optando-se por contratações temporárias, sem estabilidade dos servidores. As recomendações limitam-se ao interior das entidades museológicas, sem indicações de intercâmbios e parcerias entre elas.
- GT 2 – Capacitação financeira: aponta-se a intenção de constituir parcerias, com propostas de cooperação entre maiores e menores entidades, bem como a importância do planejamento e de obter recursos com empresas privadas, demonstrando os primeiros passos na utilização de *marketing* e remanejamento de verbas. Porém, não se questionam as legislações de fomento vigentes, nem se sugerem especificidades para contemplar a situação museológica, e quase nenhuma atenção é dada à pesquisa, recuperação e modernização institucional.
- GT 3 – Capacitação profissional: com o diagnóstico da carência de mão de obra especializada na área museológica no Brasil, o grupo aponta a necessidade de criar mais cursos de graduação em Museologia (à época ainda com apenas dois cursos no país), assim como de regulamentar a profissão de museólogo. Propõe cooperações técnicas entre instituições museais e parcerias com as universidades, na tentativa de sanar a carência de capacitação técnica nos museus brasileiros.

- GT 4 – Pesquisa: centraliza a pesquisa nos museus, situando-a como a alma da instituição, por se tratar de assunto primordial dos ideais freyreanos. Nota-se a preocupação em fazer da pesquisa a peça-chave das instituições museológicas, recomendando ainda a autopesquisa, que toma o museu como objeto. A partir da pesquisa, todas as outras ações e atividades inerentes ao museu se desdobrariam, alicerçadas pelas investigações e pela divulgação de informações corretas.
- GT 5 – Educação: tece uma crítica ao discurso conservador que restringe o caráter educativo do museu à ideia de máquina de instrução, demonstrando uma postura mais engajada e perceptiva. Porém, a postura unilateral aparece nas recomendações restritivas do papel educacional do museu às escolas e aos estudantes. O discurso do museu em relação à educação causa uma impressão desconectada das discussões já prementes sobre uma ação educativa mais liberta da via única escola-museu, já que exposições e objetos expositivos desta época revolucionavam o diálogo público-museu, como as obras neoconcretas de Lygia Clark e Hélio Oiticica, e as primeiras iniciativas de museus comunitários e ecomuseus no Brasil.
- GT 6 – Preservação do patrimônio cultural: propõe a conceitualização do patrimônio cultural como meio para conscientizar a população. Assim, o GT recomenda que os museus sejam agentes locais, capilares da função primordial de preservação do Iphan. Isso indica certo avanço descentralizador das atividades da instituição nacional, fruto do processo de mudanças e modernização institucionais dos anos que antecederam o encontro.
- GT 7 – Relação do museu com o meio: as recomendações desse GT possuem o caráter mais atual e conectado com a então situação mundial museológica. A condução do tema se destaca dos outros grupos. Coordenado pelo professor Ulpiano Bezerra de Menezes, com suas explanações de profundidade crítica, o grupo questiona “Que funções (novas) como instituição deve ter o museu a serviço da comunidade?” e “A quem serve o museu?”. Essas perguntas ecoam até hoje, nos vários debates acadêmicos ou profissionais sobre museus.

A implantação de uma política nacional de museus seria de ordem regional e com protagonismo nordestino, em um movimento de descentralização forjado pelo discurso freyreano, mas que na prática significava o fortalecimento de personalidades representativas de poder que ali legitimavam o comando das políticas museológicas brasileiras, com o respaldo de um Estado autoritário e detentor dos canais de acesso ao livre mercado. O resultado desta equação podemos vislumbrar nos anos subsequentes à abertura política, em que as políticas culturais e museológicas seguiram à risca a ideologia neoliberal, influenciando as ações no setor cultural até hoje, mesmo após o fortalecimento da participação popular nas esferas decisórias, com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à liderança do Poder Executivo, em 2003.

Museu: criador de caminhos

Resta-nos decifrar as tessituras dessa trama e compreender onde residem os meios pelos quais as políticas públicas de cultura, e especialmente as de museus no Brasil, podem se desenvolver com suas próprias e singulares características, expressando as múltiplas vozes do campo, sem serem tão suscetíveis às flutuações governamentais e econômicas. Criam-se assim mecanismos de resistência para sobreviver aos desmantelamentos impostos pelos governos e atravessar as tormentas ditatoriais, fortalecendo suas redes, democratizando as técnicas de gestão e sustentabilidade, e se posicionando no centro das decisões de poder.

É necessário atentar particularmente para os possíveis efeitos do documento *Subsídios...* na conjuntura museal do país. Aqui ele foi considerado como expressão de um pensamento oficial sobre o museu e o patrimônio cultural daquele período, em dado ponto de cerca de duzentos anos da trajetória da política museológica brasileira, oferecendo um retrato que poderá servir a futuros exames da Política Nacional de Museus lançada em 2003 e seus desdobramentos.

O museu, para além da contingência, é um criador de caminhos, de formas administrativas e políticas. A elaboração de uma política museológica nacional é tarefa que tropeça numa diversidade de problemas: isolamento, desarticulação e mesmo dominação autoritária de certas instituições sobre outras. Porém, é no cerne das próprias e diversas

características de cada instituição que uma política de museus vem sendo construída e exercida no Brasil.

Para além de mero espelho dos modos de conduzir a política vigente, o museu cria seus próprios caminhos, construindo questionamentos diante do cenário multifacetado em que se situa. Numa hipotética conjuntura em que os museus sejam relegados à mera condição de depositários da memória nacional, aumenta-se o risco de desperdiçar um dos seus maiores valores: a posição estratégica – e política – entre as questões da matéria e do espírito.

¹ Este artigo é uma versão revisada e adaptada, fruto da pesquisa realizada no ano de 2005, no âmbito do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP/Iphan/Unesco), no contexto da unidade onde fui lotada ao ser selecionada como bolsista: a então Coordenadoria Técnica do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CT/Demu/Iphan, Rio de Janeiro), a partir da orientação do poeta, museólogo e professor Mario Chagas. Posteriormente, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) em janeiro de 2009, por meio da Lei nº 11.906, a nova autarquia, vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), sucedeu o Demu/Iphan nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.

² BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1992.

³ *Ibidem*, p. 15.

⁴ INSTITUTO JOAQUIM NABUCO. *Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira*. Recife: MEC/DAC/IJNPS, 1976.

⁵ FALCÃO, Joaquim Arruda. “Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional”. In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984, p. 21-39; p. 25.

⁶ Aloísio Magalhães foi um importante agente do campo cultural brasileiro, principalmente pela sua atuação no período da ditadura militar aqui estudado.

⁷ FALCÃO, Joaquim Arruda. “Apresentação”. In: MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 17.

⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MinC/Iphan, 2005, p. 47.

⁹ MOISÉS, José Álvaro (Org.). *Cultura e democracia (Cadernos de nosso tempo, vol. 1)*. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2001, p. 15.

¹⁰ *Ibidem*, p. 19.

¹¹ *Ibidem*, p. 18.

¹² BITTENCOURT, José Neves. “Iluminando a colônia para a corte: o Museu Real e a Missão Francesa como marcos exemplares da política de administração portuguesa no Brasil”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL D. JOÃO VI: UM REI ACLAMADO NA AMÉRICA, 1999. Rio de Janeiro. *Anais (...)*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000, p. 114-122, p. 117. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=24474>. Acesso em: 1º nov. 2017.

¹³ *Ibidem*, p. 116.

¹⁴ ARQUIVO NACIONAL. *Dom Pedro II e a cultura*. Rio de Janeiro, 1977.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ MOISÉS, José Álvaro. Op. cit., p. 23.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ INSTITUTO JOAQUIM NABUCO. Op. cit., p. 7. Comentário proveniente do Grupo de Trabalho 3 (GT3) de Capacitação Profissional, coordenado pelo então diretor do Museu Histórico Nacional, o museólogo Gerardo Britto Raposo da Câmara.

¹⁹ Ibidem, p. 8. Comentário proveniente do Grupo de Trabalho 7 (GT7) de Relação do Museu com o Meio, coordenado pelo então diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP), o professor Ulpiano Bezerra de Menezes.

²⁰ INSTITUTO JOAQUIM NABUCO. Op. cit.

²¹ COHN, Gabriel. “A concepção oficial da política cultural nos anos 70”. In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984, p. 85-96.

²² Ibidem, p. 87.

²³ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 85.

²⁴ Ibidem.

²⁵ MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984, p. 85-96.

²⁶ ORTIZ, Renato. Op. cit., p. 87.

²⁷ FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista*. Recife: IJNPS; MEC, 1967.

²⁸ CHAGAS, Mario de Souza. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009.

²⁹ FREYRE, Gilberto. Op. cit.

³⁰ Ibidem, p. 93.

³¹ Ibidem.

³² CHAGAS, Mario de Souza. Op. cit., p. 129.

³³ FREYRE, 1979, p. 42 apud CHAGAS, Mario de Souza. Op. cit., p. 146.